

Instâncias de Governança

Item	Órgão ou Unidade	Instrumentos normativos Instituidores	Processos relacionados à Governança
1	Instâncias Externas de Governança		
1.1	Tribunal de Contas da União (TCU)	Art. 71. da Constituição Federal de 1988. https://portal.tcu.gov.br/inicio/index.htm	Controle, fiscalização e regulamentações de diretrizes de governança, estratégicas e institucionais
	Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Art. 103-B da Constituição Federal de 1988. http://www.cnj.jus.br/	
	Tribunal Superior Eleitoral	- Art. 119 da Constituição Federal de 1988; - Lei 4737/65: Código Eleitoral. http://www.tse.jus.br/	
2	Instâncias Internas de Governança		
2.1	Conselho de Governança Ins-	Resolução TRE-PE Nº 345/2019, que institui o Sistema de	Definir e avaliar a estratégia e as políticas,

Instâncias de Governança

	titucional	Governança do TRE-PE .	bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados.
2.2	Pleno do tribunal	Resolução TRE-PE nº 292/2017, que institui o Regulamento Interno do Tribunal.	Aprovar a estratégia e as políticas.
2.3	Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	Resolução TRE-PE nº 292/2017, que institui o Regulamento Interno do Tribunal, definindo atribuições e competências da Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria e demais membros da Corte do Tribunal.	Definir e avaliar a estratégia e as políticas para o período da gestão presidencial, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados.
3	Instâncias Internas de Apoio à Governança		
3.1	Secretaria de Controle Interno;	Resolução TRE-PE nº 205/2013, que institui as atribuições administrativas da Secretaria de Controle Interno,	Auditoria interna, que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções à alta administração.
3.2	Corregedoria Regional Eleitoral (CRE)	- Resolução TRE-PE nº 292/2017, que institui o Regulamento Interno do Tribunal, definindo atribuições e competências do Corregedor Regional Eleitoral; - Resolução TRE-PE nº 205/2013, que institui as atribuições administrativas das unidades que compõem a CRE.	Correções e inspeções, comunicando quaisquer disfunções à alta administração.
3.3	Comitê de Gestão Estratégica	Portaria TRE-PE nº 716/2017, que estabelece as atribuições e competências do Comitê de Gestão Estratégica;	Suporte para estabelecimento de diretrizes e políticas que facilitam o monitoramento e

Instâncias de Governança

	(COGEST)	Foram incorporadas às atribuições do COGEST as competências estabelecidas para o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação – Resolução CNJ nº 211/2015 – e para o Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas – Resolução CNJ nº 240/2016.	avaliação dos resultados institucionais estabelecidos pelas instâncias de governança e de gestão; Suporte técnico para tomada de decisão.
3.4	Ouvidoria Regional Eleitoral	- Resolução CNJ nº 103/2010, que dispõe sobre as atribuições da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, determina a criação de ouvidorias nos outros tribunais e dá outras providências; - Resolução TRE-PE nº 205/2013, que institui as atribuições administrativas do Ouvidor Eleitoral e dos cargos de apoio da Ouvidoria.	- Gerenciamento do canal de ouvidoria, com a finalidade de prover suporte à Alta Gestão para tomada de decisões relativas às demandas registradas pelo cidadão; - Gestão de pesquisa de satisfação do cidadão; - Controle do acesso à informação, relativas à transparência passiva.
3.5	Comissão de Ética	- Resolução TRE-PE nº 208/2014, que aprovou o Código de Ética dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; - Resolução TRE-PE nº 243/2015 – aprovou o Procedimento de Apuração de Condutas em face do Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.	Gerenciamento dos procedimento sobre apuração de condutas éticas de servidores no âmbito do TRE-PE.

Instâncias de Governança

3.6	Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (AS-PLAN)	Resolução TRE-PE nº 205/2013, que institui as atribuições da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica.	Suporte à Alta Gestão no estabelecimento de métodos ou procedimentos gerenciais que facilitam o planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados institucionais estabelecidos pelas instâncias de governança e de gestão, além de auxiliar tecnicamente na tomada de decisão.
3.7	Assessoria de Comunicação (ASCOM)	Resolução TRE-PE nº 205/2013, que institui as atribuições administrativas das unidades que compõem ASCOM.	Gestão da transparência ativa e gestão da Política de Acesso à Informação.
3.8	Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas (CGGP)	- Portaria TRE-PE nº 1178/2018, que institui o Comitê Gestor de Gestão de Pessoas; - Portaria TRE-PE nº 1179/2018, que defini a composição do Comitê Gestor de Gestão de Pessoas.	Suporte à estruturação de políticas e pelo monitoramento de resultados estratégicos e setoriais da área de gestão de pessoas.
3.10	Comissão de Segurança da Informação (CSI)	Resolução TSE nº 23.501/2016, institui a Política de Segurança da Informação (PSI), no âmbito da Justiça Eleitoral, definindo as diretrizes estratégicas, responsabilidades e competências, visando à estruturação da segurança da informação.	Apoio à Alta Gestão para planejamento, implantação, monitoramento e avaliação das diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação.
3.11	Assistência de Gestão Socioambiental	- Resolução TRE-PE nº 300/2017, que altera a Resolução nº 195, de 12 de junho de 2013, que trata da estrutura organizacional do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. - Resolução CNJ nº 201/2015, que dispõe sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação	Apoio à Alta Gestão para planejamento, implantação, monitoramento e avaliação das diretrizes estabelecidas na Política de Logística Sustentável.

Instâncias de Governança

		do respectivo Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).	
3.12	Comitês Executivos	Portaria TRE-PE nº 877/2018, que institui os Comitês Executivos Setoriais das Secretarias do Tribunal Regional Eleitoral e o Comitê Gestor Jurisdicional para promover a gestão tática e operacional.	Apoio à Alta Administração para suporte de estruturação de políticas e monitoramento de resultados institucionais, vinculados às competências regimentais.
3.13	Conselho de Zonas Eleitorais	Resolução TRE-PE nº 246/2016, que institui o Conselho de Zonas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.	Apoio à Alta Gestão para tratar de assuntos de interesses das Zonas Eleitorais, junto aos servidores de Cartórios.
3.14	Comitê Gestor Orçamentário e de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição (CGOPPGJ);	- Resolução nº 252/2016, que institui o Comitê Gestor Orçamentário e de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição, no âmbito da Justiça Eleitoral de Pernambuco; - Portaria TRE-PE nº 701/2016, que nomeia os integrantes do Comitê Gestor Orçamentário e de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição.	Apoio à Alta Gestão para tratar de assuntos de interesses das Zonas Eleitorais (Juizes Eleitorais e Servidores).
3.15	Comissão de Acessibilidade	Portaria TRE-PE nº 22/2018, que reconstitui a Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade para gerenciamento do Programa de Acessibilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco.	Apoio à Alta Gestão para planejamento, implantação, monitoramento e avaliação das diretrizes estabelecidas na Política de Acessibilidade do Poder Judiciário Nacional e da Justiça Eleitoral